



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0411/2022

Pregão nº 185/2022 – CENTRAL COMPRAS

Processo nº 2022-D603V

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, neste ato representado pelo Subsecretário de Estado de Atenção à Saúde, Sr. **JOSÉ MARIA JUSTO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.032.002 e inscrito no CPF sob o nº 022.789.837-09, designado pelo Decreto Estadual nº 222-S, de 11/02/2022 e publicado no DIO de 14/02/2022, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA **REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL DE CONSUMO - MEDICAMENTOS**, sob nº **185/2022**, RESOLVE registrar os preços da empresa **FRESENIUS KABI BRASIL LTDA (CNPJ 49.324.221/0016-90)**, localizada na Rodovia Coronel Policia Militar Nelson Tranchesi, 740, Itaqui, Itapevi – SP, CEP 06696-110, neste ato representada pela Sra. **CRISTIANE LEITE MACHADO**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 28.259.140-0 e inscrita no CPF sob o nº 270.427.108-94, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos medicamentos especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) Anexo A – Especificação dos preços;
- b) Anexo B – Modelo de Ordem de Fornecimento;
- c) o Edital e todos os seus Anexos;
- d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- 3.1.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 3.1.2 - frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- 3.1.3 - convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- 3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- 3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência e Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 15 dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO MEDICAMENTO

9.1 - A entrega dos medicamentos objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos dias após o recebimento da ordem de fornecimento.

9.2 - Os medicamentos serão entregues em dias úteis, nos respectivos almoxarifados das farmácias, das unidades participantes, nos endereços abaixo relacionados:

CAPAAC - Centro de Atendimento Psiquiátrico Dr. Aristides Alexandre Campos; Rua Leopoldino Smarzaro nº17, Bairro Monte Cristo, Cachoeiro de Itapemirim, CEP 29310-370;

CRFES - Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo; Rua Gastão Roubach s/nº, Praia da Costa, Vila Velha (ES), CEP 29.101-020;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

DSPM - Hospital da Polícia Militar; Rua Joubert de Barros nº 555, Bento Ferreira, Vitória (ES), CEP 29050-720; horários para entrega: entre 08 e 11 horas e entre 13 e 16 horas de segunda a sexta (exceto feriados);

HDRC - Hospital Dra. Rita de Cássia; Av Vitória Fernandes de Jesus, nº 91, Bairro Irmãos Fernandes, Barra de São Francisco (ES), CEP 29800-000

HDS - Hospital Dório Silva, Av Euder Scherez de Souza, s/nº, Parque Residencial Laranjeiras, Serra (ES) CEP 29175-680;

HEAC - Hospital Estadual de Atenção Clínica; Rodovia Governador Jose Sete, km 6,5, Alameda Élcio Álvares s/nº, Tucum, Cariacica (ES) CEP 29152-600;

HESVV- Hospital Estadual de Vila Velha, Avenida Anésio José Simões, 76 São Torquato, Vila Velha (ES) CEP 29114-350;

HINSG - Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, Rua Mary Ubirajara, nº 205, Santa Lucia, Vitoria (ES), CEP 29027-080;

HJSN - Hospital João dos Santos Neves; Rua Dr. Hugo Lopes Nalle nº 319, Centro, Baixo Guandu (ES), CEP 29730-000;

HMSA - Hospital e Maternidade Silvio Avidos; Avenida Silvio Avidos, 951 São Silvano Colatina Es Cep 29703132;

HPF - Hospital Dr. Pedro Fontes; BR 101, Rodovia do Contorno Km 9, Itanhenga, Cariacica (ES), CEP29156-000;

HRAS - Hospital Roberto Arnizaut Silvas; Av. Otovarino Duarte Santos, s/nº, Residencial Parque Washington, São Mateus (ES), CEP 29938-900;

HSJC - Hospital São José do Calçado; Rua Dr. José Fernandes Medina s/nº, Centro, São José do Calçado (ES), CEP 29470-000;

UIJM - Hospital de Jerônimo Monteiro, Av. Dr. José Farah nº 34, Jerônimo Monteiro (ES), CEP 29550-000.

9.2 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.2.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.2.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.3 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.4 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.5 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DA VALIDADE

10.1 - Os produtos objeto deste Registro de Preços terão validade de, pelo menos 75% do prazo de validade total e no mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

- a) entregar os produtos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período de garantia;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- e) Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

11.2 - Compete à Contratante:

- a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- b) definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 12.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) advertência;
- b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;
- d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

12.2.2 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

12.2.3 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.4 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.5 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;

d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

14 - DA RESCISÃO

14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15 - DOS ADITAMENTOS

15.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

16 - DOS RECURSOS

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo(a) (UNIDADE DO ÓRGÃO), designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

18 - DO FORO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

18.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

JOSÉ MARIA JUSTO

Subsecretário de Estado de Atenção à Saúde
Contratante

CRISTIANE LEITE MACHADO

Fresenius Kabi Brasil Ltda
Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL DE CONSUMO - MEDICAMENTOS, conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
1	76417	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : AGUA PARA INJECAO ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 100ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO	BOLSA/ FRASCO	263.400
2	176451	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : CLORETO DE SODIO 9MG/ML ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 100ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO	BOLSA/ FRASCO	919.800
3	176453	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : CLORETO DE SODIO 9MG/ML ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 500ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO	BOLSA/ FRASCO	605.950
5	176469	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : GLICOSE 50MG/ML (5%) ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 100ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO	BOLSA/ FRASCO	50.380
6	176470	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : GLICOSE 50MG/ML (5%) ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 250ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO	BOLSA/ FRASCO	92.700
7	176471	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : GLICOSE 50MG/ML (5%) ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 500ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO	BOLSA/ FRASCO	167.150

1.1 - Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

1.2 - A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima importará em desclassificação do licitante.

1.3 - Não é permitida a compra de medicamentos com valores acima da tabela CMED. Os valores deverão ser ajustados de acordo com a marca ofertada, aplicando também o CAP e o CONFAZ, se for o caso.

1.3.1 – Só será permitida a compra do medicamento se o mesmo possuir preço registrado na tabela CMED, salvo os pontos abaixo:

1.3.1.1 - Os medicamentos contemplados em resolução específica da ANVISA que obrigue os mesmos a publicarem seus preços em REVISTAS ESPECIALIZADAS, cabendo a apresentação da aludida publicação quando solicitado.

1.3.1.2 - Os medicamentos que possuírem resolução específica da ANVISA que desobrigue o registro dos preços tanto na CMED quanto em REVISTAS ESPECIALIZADAS, cabendo a apresentação da resolução quando solicitado.

1.4 - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

- a) Validade não inferior a 12 (doze) meses;
- b) Declaração do nome comercial, marca, fabricante, país de origem, fórmula e dosagem, quantidade por embalagem, nº do registro do Ministério da Saúde;
- c) A aquisição se dará sob a denominação genérica do medicamento, constante da listagem dos produtos padronizados pela Secretaria de Estado da Saúde;
- d) Dizeres constantes dos rótulos e embalagens de acordo com a legislação vigente;
- e) Entrega dos medicamentos em embalagens primária e secundária, devidamente identificados e acondicionados de forma adequada, consideradas as condições de umidade e temperatura. A embalagem primária deverá conter denominação genérica do medicamento, concentração, registro no Ministério da Saúde, fabricante, data de fabricação, validade e demais informações exigidas pela legislação;
- f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";
- g) Apresentar laudo de qualidade, nos termos da exigência contida no art. 3º, § 4º, da Lei 9.787/1999.
- h) As distribuidoras devem apresentar, no caso de vencerem a licitação, certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

2 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - São obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- b) definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

2.2 - São obrigações da CONTRATADA:

- a) entregar os medicamentos de acordo com as condições e se responsabilizar pelo período da garantia;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- e) As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos;
- f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";
- g) Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

3 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

3.1 - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Lotes acima descritos**.

3.2 - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada em **conforme Detalhamento do Objeto**.

3.3 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

3.4 - A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

- a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens 3.1 a 3.3;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 3.1;

c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

4 – DA QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS A SEREM COTADOS

4.1 – Não será admitida cotação inferior à quantidade máxima prevista.

5 - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 Da fiscalização:

5.1.1 As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão abrir um processo de compra específico para cada Ata de Registro de Preços, visto que o processo mãe estará de posse da SESA.

5.1.2 A fiscalização do contrato será de responsabilidade do fiscal indicado por cada órgão e unidade participante;

5.1.3 A aceitação do medicamento será certificada pelo serviço de farmácia ou por um servidor designado para este fim, mediante atesto na nota fiscal, juntamente com o fiscal da unidade, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento;

5.1.4 A fiscalização exercida pelo Estado não exime em nada a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto de contrato ou instrumento equivalente;

5.1.5 As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

5.2 Das obrigações da contratada:

5.2.1 Os medicamentos devem ser entregues nas unidades solicitantes em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela ANVISA, acompanhados da documentação fiscal em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote do medicamento recebido deve constar na rotulagem e na nota fiscal, especificados o número de lotes por quantidade de medicamento entregue.

5.2.2 O transporte dos medicamentos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade e a integridade dos mesmos. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados e transportados sob controle de temperatura adequado, dentro das condições estabelecidas pelo fabricante.

5.2.3 Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter em seus rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa, quais sejam: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

5.2.4 As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

5.2.5 De acordo com a Portaria n. 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar, em suas embalagens, a expressão: "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO".

5.2.6 Respeitar e cumprir com os prazos de entrega dos itens comprados, observando os períodos de parcelamento e quantidades.

5.2.7 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Estado.

5.2.8 Fornecer amostra do produto quando solicitado, para laudo técnico de utilização.

5.3 Das obrigações da contratante:

5.3.1 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens solicitados.

5.3.2 Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas.

5.3.3 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Estado. 5.3.4 Atestar notas fiscais correspondentes após o recebimento dos itens comprados.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

5.3.5 Receber e fiscalizar os produtos entregues, verificando a sua correspondência com as especificações prescritas no edital, atestando sua conformidade.

5.3.6 Designar formalmente um servidor da unidade gestora para acompanhar e fiscalizar a execução da autorização de fornecimento ou instrumentos equivalentes.

5.3.7 Notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

6 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

As quantidades máximas solicitadas foram obtidas por meio de pesquisa de quantitativo realizada no SIGA. A seguir estão elencadas as quantidades informadas pelas unidades para o consumo de 12 meses, o consumo mínimo, as especificações completas de cada lote, bem como se há a aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (conforme Resolução CMED nº3, 02/03/2011 e Comunicado nº 6, 05/09/2013) e se está isento de ICMS (Convênio do CONFAZ).

As quantidades mínimas estimadas do objeto a ser adquirida pelos órgãos e entidades participantes, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, será fixada em 20% (vinte por cento) da quantidade máxima de cada item, para fins de cumprimento do inciso II, do artigo 13, do Decreto Estadual 1.790-R/2007.

Lote	Especificação	CAP	CONFAZ	Unidades	Quantitativo	Total
1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1: AGUA PARA INJECAO; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 100ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO; UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO 176417	NÃO	NÃO	CAPAAC	0	263.400
				CREFES	0	
				DSPM	0	
				HDRC	500	
				HDS	0	
				HEAC	0	
				HESVV	500	
				HINSG	10.000	
				HJSN	2.400	
				HMSA	30.000	
				HPF	0	
				HRAS	120.000	
HSJC	0					
UIJM	100.000					

Lote	Especificação	CAP	CONFAZ	Unidades	Quantitativo	Total
2	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1: CLORETO DE SODIO 9MG/ML; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 100ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO; UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO 176451	NÃO	NÃO	CAPAAC	0	919.800
				CREFES	600	
				DSPM	10.000	
				HDRC	100.000	
				HDS	15.000	
				HEAC	45.000	
				HESVV	60.000	
				HINSG	128.000	
				HJSN	36.000	
				HMSA	160.000	
				HPF	200	
				HRAS	300.000	
HSJC	35.000					
UIJM	30.000					

Lote	Especificação	CAP	CONFAZ	Unidades	Quantitativo	Total
3	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1: CLORETO DE SODIO 9MG/ML; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 500ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO; UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO 176453	NÃO	NÃO	CAPAAC	50	605.950
				CREFES	200	
				DSPM	5.000	
				HDRC	40.000	
				HDS	80.000	
				HEAC	20.000	
				HESVV	30.000	
				HINSG	14.500	
				HJSN	24.000	
				HMSA	100.000	
				HPF	200	
				HRAS	240.000	
HSJC	27.000					
UIJM	25.000					

Lote	Especificação	CAP	CONFAZ	Unidades	Quantitativo	Total
5	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1: GLICOSE 50MG/ML (5%); FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 100ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO 176469	NÃO	NÃO	CAPAAC	0	50.380
				CREFES	0	
				DSPM	180	
				HDRC	0	
				HDS	7.000	
				HEAC	2.000	
				HESVV	0	
				HINSG	10.000	
				HJSN	1.200	
				HMSA	15.000	
				HRAS	15.000	

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

				HSJC	0	
				UIJM	0	

Lote	Especificação	CAP	CONFAZ	Unidades	Quantitativo	Total
6	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1: GLICOSE 50MG/ML (5%); FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 250ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO; UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO 176470	NÃO	NÃO	CAPAAC	0	92.700
				CREFES	200	
				DSPM	600	
				HDRC	6.000	
				HDS	18.000	
				HEAC	2.500	
				HESVV	4.000	
				HINSG	7.000	
				HJSN	2.400	
				HMSA	20.000	
				HPF	0	
				HRAS	30.000	
				HSJC	0	
UIJM	2.000					

Lote	Especificação	CAP	CONFAZ	Unidades	Quantitativo	Total
7	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1: GLICOSE 50MG/ML (5%); FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 500ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO; UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO 176471	NÃO	NÃO	CAPAAC	50	167.150
				CREFES	200	
				DSPM	400	
				HDRC	7.500	
				HDS	15.000	
				HEAC	7.000	
				HESVV	6.000	
				HINSG	57.000	
				HJSN	4.000	
				HMSA	15.000	
				HPF	0	
				HRAS	45.000	
				HSJC	6.000	
UIJM	4.000					

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0411/2022**ANEXO – A**

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços 0411/2022**, celebrada entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão nº 185/2022**.

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
1	76417	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : AGUA PARA INJECAO ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 100ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO. MARCA: FRESENIUS	BOLSA/FRASCO	263.400	2,000	526.800,00
2	176451	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : CLORETO DE SODIO 9MG/ML ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 100ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO. FRESENIUS	BOLSA/FRASCO	919.800	2,1100	1.940.778,00



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

3	176453	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : CLORETO DE SODIO 9MG/ML ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 500ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO. MARCA: FRESENIUS	BOLSA/ FRASCO	605.950	2,9400	1.781.493,00
5	176469	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : GLICOSE 50MG/ML (5%) ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 100ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO. MARCA: FRESENIUS	BOLSA/ FRASCO	50.380	2,0900	105.294,20
6	176470	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : GLICOSE 50MG/ML (5%) ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 250ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO. MARCA: FRESENIUS	BOLSA/ FRASCO	92.700	3,0000	278.100,00
7	176471	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : GLICOSE 50MG/ML (5%) ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 500ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO. MARCA: FRESENIUS	BOLSA/ FRASCO	167.150	3,0000	501.450,00

REPRESENTANTE: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA (CNPJ 49.324.221/0016-90), localizada na Rodovia Coronel Policia Militar Nelson Tranchesi, 740, Itaqui, Itapevi - SP, CEP 06696-110, neste ato representada pela Sra. CRISTIANE LEITE MACHADO, portadora da Carteira de Identidade RG nº 28.259.140-0 e inscrita no CPF sob o nº 270.427.108-94

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JOSE MARIA JUSTO
SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SSAS - SESA - GOVES
assinado em 10/05/2022 14:00:30 -03:00

CRISTIANE LEITE MACHADO
CIDADÃO
assinado em 11/05/2022 14:58:26 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 17/05/2022 13:05:16 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ALESANDRO JOSE LIBERATTO JUSTO (ASSISTENTE GERENCIA QC-02 - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-NL8K92>

**FRESENIUS KABI BRASIL
LTDA.**

ROD CORONEL POLICIA
MILITAR NELSON
TRANCHESI, 740
06696-110 ITAPEVI - SP - Brasil
Telefone:
Fax:
<http://www.fresenius-kabi.com/>

À

Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo

R JUDITH MARIA TOVA 225, EDIF 2 PAV 225 Ed. Enseada Plaza - ENSEADA DO SUA

CEP: 29050-360

VITORIA - ES

Referência : PREGÃO ELETRÔNICO N° 185/2022

ITAPEVI - SP, 14 de Abril de 2022

PROCESSO N° 2022-D603V

ABERTURA DIA 12/04/2022 ÀS 10:00 hs

OBJETO: Registro de Preços de Material de Bem de Consumo - Medicamentos, para posterior fornecimento, conforme especificações do Anexo I do Edital.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

Prezados Senhores,

Segue abaixo nossa proposta, referente ao processo acima mencionado.

Condições gerais da proposta:

Validade da Proposta : 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento das mesmas, conforme indicado no edital.

Condições de Pagamento: até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

Prazo de Entrega : 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

Local de Entrega : No almoxarifado da farmácia das unidades, nos endereços abaixo relacionados:

CAPAAC - Centro de Atendimento Psiquiátrico Dr. Aristides Alexandre Campos; Rua Leopoldino Smarzaró n°17, Bairro Monte Cristo, Cachoeiro de Itapemirim, CEP 29310-370; CREFES - Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo; Rua Gastão Roubach s/n°, Praia da Costa, Vila Velha (ES), CEP 29.101-020; DSPM - Hospital da Polícia Militar; Rua Joubert de Barros n° 555, Bento Ferreira, Vitória (ES), CEP 29050-720; horários para entrega: entre 08 e 11 horas e entre 13 e 16 horas de segunda a sexta (exceto feriados); HDRC - Hospital Dra. Rita de Cássia; Av Vitória Fernandes de Jesus, n° 91, Bairro Irmãos Fernandes, Barra de São Francisco (ES), CEP 29800-000; HDS - Hospital Dório Silva, Av Euder Scherez de Souza, s/n°, Parque Residencial Laranjeiras, Serra (ES) CEP 29175-680; HEAC - Hospital Estadual de Atenção Clínica; Rodovia Governador Jose Sete, km 6,5, Alameda Elcio Álvares s/n°, Tucum, Cariacica (ES) CEP 29152-600; HESVV- Hospital Estadual de Vila Velha, Avenida Anésio José Simões, 76 São Torquato, Vila Velha (ES) CEP 29114-350; HINSG - Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, Rua Mary Ubirajara, n° 205, Santa Lucia, Vitoria (ES), CEP 29027-080; HJSN - Hospital João dos Santos Neves; Rua Dr. Hugo Lopes Nalle n° 319, Centro, Baixo Guandu (ES), CEP 29730-000; HMSA - Hospital e Maternidade Silvio Avidos; Avenida Silvio Avidos, 951 São Silvano Colatina Es Cep 29703132; HPF - Hospital Dr. Pedro Fontes; BR 101, Rodovia do Contorno Km 9, Itanhenga, Cariacica (ES), CEP29156-000; HRAS - Hospital Roberto Arnizaut Silveiras; Av. Otovarino Duarte Santos, s/n°, Residencial Parque Washington, São Mateus (ES), CEP 29938-900; HSJC - Hospital São José do Calçado; Rua Dr. José Fernandes Medina s/n°, Centro, São José do Calçado (ES), CEP 29470-000; UIJM - Hospital de Jerônimo Monteiro, Av. Dr. José Farah n° 34, Jerônimo Monteiro (ES), CEP 29550-000.

Validade do Produto : 24 meses

"COM ETIQUETA PROIBIDA VENDA NO COMÉRCIO"

Banco(s) para depósito:

DADOS BANCÁRIOS

Banco do Brasil - Agência 3360-X Conta 6.275-8

LOTE 01

Item	Nosso Código	Qtde	Und	Descrição / Descrição Técnica / Observação	Preço Unitário R\$	Total Item R\$
01	1510121	263.400	UN	<p>KP ÁGUA INJEÇÃO 100 ML</p> <p>Registro M.S.: 1004101000136</p> <p>ÁGUA PARA INJEÇÃO estéril e apirogênica, acondicionada em frasco plástico de 100 ml. Frasco plástico em polietileno de baixa densidade em sistema fechado transparente, isento de PVC, DEHP e látex. Sítios independentes para colocação de equipo e aditivção de medicamentos. Lacres que evidenciam violação dos sítios e com setas indicando o sentido do fluxo. Membranas autoselantes que não permitem vazamento de solução após perfuração dos sítios. Registro de medicamento junto à Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)</p> <p>Código TUSS: 90074700</p> <p>Procedência: Nacional</p> <p>Marca/Fabricante: Fresenius</p> <p>Modelo: Kabipac</p> <p>Frasco Sistema Fechado</p> <p>Embalagem: Acoplado em caixa com 80 unidades.</p> <p>Validade do Produto: 24 meses</p> <p>GGREM : 509500616154411</p> <p>Cód. Barras: 7897947706675</p>	2,00	526.800,00

Preço Unitário: DOIS REAIS

Total Item: QUINHENTOS E VINTE E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS

Total - LOTE 01 : (R\$ 526.800,00) - QUINHENTOS E VINTE E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS

LOTE 02

01	1510011	919.800	UN	<p>KP CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100ML</p> <p>Registro M.S.: 1004100980129</p> <p>Solução injetável contendo CLORETO DE SÓDIO 0,9% estéril e apirogênica, acondicionada em frasco plástico de 100 ml para uso parenteral. Frasco plástico em polietileno de baixa densidade em sistema fechado transparente, isento de PVC, DEHP e látex. Sítios independentes para colocação de equipo e aditivção de medicamentos. Lacres que evidenciam violação dos sítios e com setas indicando o sentido do fluxo. Membranas autosealantes que não permitem vazamento de solução após perfuração dos sítios. Registro de medicamento junto à Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)</p> <p>Cx 80 unid</p> <p>Código TUSS: 90075129</p> <p>Procedência: Nacional</p> <p>Marca/Fabricante: Fresenius</p> <p>Modelo: Kabipac</p> <p>Frasco Sistema Fechado</p> <p>Embalagem: Acoplado em caixa com 80 unidades</p> <p>Validade do Produto: 24 meses</p> <p>GGREM: 509505508155411</p> <p>Cód. Barras: 7897947706477</p>	2,11	1.940.778,00
Preço Unitário: DOIS REAIS E ONZE CENTAVOS						
Total Item: UM MILHÃO, NOVECIENTOS E QUARENTA MIL, SETECENTOS E SETENTA E OITO REAIS						
Total - LOTE 02: (R\$ 1.940.778,00) - UM MILHÃO, NOVECIENTOS E QUARENTA MIL, SETECENTOS E SETENTA E OITO REAIS						
<u>LOTE 03</u>						

01	1510013	605.950	UN	<p>KP CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500ML</p> <p>Registro M.S.: 1004100980102</p> <p>Solução injetável contendo CLORETO DE SÓDIO 0,9% estéril e apirogênica, acondicionada em frasco plástico de 500 ml para uso parenteral. Frasco plástico em polietileno de baixa densidade em sistema fechado transparente, isento de PVC, DEHP e látex. Sítios independentes para colocação de equipo e aditivação de medicamentos. Lacres que evidenciam violação dos sítios e com setas indicando o sentido do fluxo. Membranas autoselantes que não permitem vazamento de solução após perfuração dos sítios. Registro de medicamento junto à Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)</p> <p>Código TUSS: 90075145</p> <p>Procedência: Nacional</p> <p>Marca/Fabricante: Fresenius</p> <p>Modelo: Kabipac</p> <p>Frasco Sistema Fechado</p> <p>Embalagem: Acoplado em caixa com 30 unidades</p> <p>Validade do Produto: 24 meses</p> <p>GGREM: 509505506152413</p> <p>Cód. Barras: 7897947706491</p>	2,94	1.781.493,00
Preço Unitário: DOIS REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS						
Total Item: UM MILHÃO, SETECENTOS E OITENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS						
Total - LOTE 03: (R\$ 1.781.493,00) - UM MILHÃO, SETECENTOS E OITENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS						
<u>LOTE 05</u>						

01	1510021	50.380	UN	<p>KP GLICOSE 5% 100 ML</p> <p>Registro M.S.: 1004101070126</p> <p>Solução injetável contendo GLICOSE 5% estéril e apirogênica, acondicionada em frasco plástico de 100 ml para uso parenteral. Frasco plástico em polietileno de baixa densidade em sistema fechado transparente, isento de PVC, DEHP e látex. Sítios independentes para colocação de equipo e aditivção de medicamentos. Lacres que evidenciam violação dos sítios e com setas indicando o sentido do fluxo. Membranas autoselantes que não permitem vazamento de solução após perfuração dos sítios. Registro de medicamento junto à Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)</p> <p>Código TUSS: 90075552</p> <p>Procedência: Nacional</p> <p>Marca/Fabricante: Fresenius</p> <p>Modelo: Kabipac</p> <p>Embalagem: Acoplado em caixa com 80 unidades</p> <p>Frasco Sistema Fechado</p> <p>Validade do Produto: 24 meses</p> <p>GGREM: 509501114152419</p> <p>Cód. Barras: 7897947706521</p>	2,09	105.294,20
Preço Unitário: DOIS REAIS E NOVE CENTAVOS						
Total Item: CENTO E CINCO MIL, DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS						
Total - LOTE 05: (R\$ 105.294,20) - CENTO E CINCO MIL, DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS						
<u>LOTE 06</u>						

01	1510022	92.700	UN	<p>KP GLICOSE 5% 250 ML</p> <p>Registro M.S.: 1004101070134</p> <p>Solução injetável contendo GLICOSE 5% estéril e apirogênica, acondicionada em frasco plástico de 250 ml para uso parenteral. Frasco plástico em polietileno de baixa densidade em sistema fechado transparente, isento de PVC, DEHP e látex. Sítios independentes para colocação de equipo e aditivção de medicamentos. Lacres que evidenciam violação dos sítios e com setas indicando o sentido do fluxo. Membranas autosealantes que não permitem vazamento de solução após perfuração dos sítios. Registro de medicamento junto à Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)</p> <p>Código TUSS:90075560</p> <p>Procedência: Nacional</p> <p>Marca/Fabricante: Fresenius</p> <p>Modelo: Kabipac</p> <p>Embalagem: Acoplado em caixa com 48 unidades</p> <p>Frasco Sistema Fechado</p> <p>Validade do Produto: 24 meses</p> <p>GGREM: 509505805151419</p> <p>Cód. Barras: 7897947706538</p>	3,00	278.100,00
Preço Unitário: TRÊS REAIS						
Total Item: DUZENTOS E SETENTA E OITO MIL E CEM REAIS						
Total - LOTE 06: (R\$ 278.100,00) - DUZENTOS E SETENTA E OITO MIL E CEM REAIS						
<u>LOTE 07</u>						

01	1510023	167.150	UN	<p>KP GLICOSE 5% 500 ML</p> <p>Registro M.S.: 1004101070185</p> <p>Solução injetável contendo GLICOSE 5% estéril e apirogênica, acondicionada em frasco plástico de 500 ml para uso parenteral. Frasco plástico em polietileno de baixa densidade em sistema fechado transparente, isento de PVC, DEHP e látex. Sítios independentes para colocação de equipo e aditivção de medicamentos. Lacres que evidenciam violação dos sítios e com setas indicando o sentido do fluxo. Membranas autosealantes que não permitem vazamento de solução após perfuração dos sítios. Registro de medicamento junto à Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)</p> <p>Código TUSS: 90075579</p> <p>Procedência: Nacional</p> <p>Marca/Fabricante: Fresenius</p> <p>Modelo: Kabipac</p> <p>Frasco Sistema Fechado</p> <p>Embalagem: Acoplado em caixa com 30 unid</p> <p>Validade do Produto: 24 meses</p> <p>GGREM: 509505807152412</p> <p>Cód. Barras: 7897947706545</p>	3,00	501.450,00
Preço Unitário: TRÊS REAIS						
Total Item: QUINHENTOS E UM MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS						
Total - LOTE 07 : (R\$ 501.450,00) - QUINHENTOS E UM MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS						

Valor Total da Proposta R\$: 5.133.915,20 - CINCO MILHÕES, CENTO E TRINTA E TRÊS MIL, NOVECENTOS E QUINZE REAIS E VINTE CENTAVOS

IMPOSTOS:

IPI - Incluso

ALÍQUOTA DE ICMS Faturado por Itapevi(SP): Todos Incluso no preço

Produtos Nacionais

- Para SP = 18% (*Soluções Parenterais tem Alíquota de 12%)
- Para MG/PR/RS/RJ/SC = 12%
- Para Outros Estados = 7%

Produtos Importados

- Para SP = 18% (*Soluções Parenterais tem Alíquota de 12%)
- Para MG/PR/RS/RJ/SC = 4%
- Para Outros Estados = 4%

DADOS DA EMPRESA:

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA

CNPJ: 49.324.221/0016-90 - I.E. : 373.205.227.117

ROD CORONEL POLICIA MILITAR NELSON TRANCHESI, Nº 740 - ITAQUI -

ITAPEVI - SP- CEP: 06696-110

CONTATO DEPTO. DE LICITAÇÕES:

Fone: (11)2504-1421

Fax: (11) 2504-1616

Contato: CRISTIANE MACHADO

E-MAIL: cristiane.machado@fresenius-kabi.com / licitacao.br@fresenius-kabi.com

CONTATO COMERCIAL PARA RECEBIMENTO DE EMPENHOS: FILIAL RJ

21.3500-3596 e 21.3500-3597.

Contato: Juliana

E-MAIL: juliana.s.santos@fresenius-kabi.com / captacao.pedidos@fresenius-kabi.com /

alipio.silva@fresenius-kabi.com

REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO / ARP:

Nome: CRISTIANE LEITE MACHADO

Cargo: ANALISTA DE LICITAÇÕES

RG: 28.259.140-0

CPF: 270.427.108-94

Declaramos que o representante acima mencionado é o autorizado para assinatura dos futuros contratos.

Declaramos para os devidos fins, submeter-me incondicionalmente as prescrições do edital.

Declaramos que em nossos preços estão inclusos: tributos, prêmios de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos, transporte, quaisquer despesas operacionais, todos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza; frete, carga e descarga, transporte, enfim, todos os componentes de custo, estando essa Instituição livre de qualquer tipo de ônus.

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.



CRISTIANE LEITE MACHADO

Cargo: ANALISTA DE LICITAÇÕES

RG : 28.259.140-0

CPF: 270.427.108-94

**CRISTIANE
LEITE
MACHADO:2
7042710894**

Assinado de forma digital por
CRISTIANE LEITE
MACHADO:27042710894
Dados: 2022.04.14 15:27:32 -03'00'



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 14/04/2022 15:50:32 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por CHRISTIANE SANTANA ROHOR FERREIRA (ASSESSOR TECNICO QC-02 - NECL - SESA - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-GMX3CZ>

29.2018.8.08.0004 em favor do paciente G.I.M.
VALOR TOTAL: R\$ 6.800,000 (Seis mil e oitocentos reais)
PROCESSO: 2022-F307H

Cachoeiro/ES, 17 de maio de 2022

Márcio Clayton da Silva

Superintendente Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim

Protocolo 851933

RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

De acordo com o Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

Proc. nº: 2022-V4TLH

Objeto: Aquisição de realização de cirurgia vascular de reconstrução de veia cava; retirada do filtro de veia cava com utilização de bainha de laser para captura, conforme Mandado Judicial nº. 5001812-34.2022.8.08.0030.

Empresa: Clínica Endovascular Barueri Ltda.

Valor Total: R\$ 53.500,00 (Cinquenta e três mil e quinhentos reais).

Empresa: Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.

Valor Total: R\$ 216.130,18 (Duzentos e dezesseis mil, cento e trinta reais e dezoito centavos).

Colatina, 17 de Maio de 2022.
 Maricelis Caetano Engelhardt
 Superintendente/SRS-Colatina

Protocolo 852169

RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

De acordo com o Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

Proc. nº: 2022-NBGZ6

Objeto: Aquisição de cirurgia via transcater - troca valvar mitral percutanea (valver-in-ring), conforme Mandado Judicial nº. 5003035-22.2022.8.08.0030.

Empresa: Associação Evangelica Beneficente Espirito-Santense

Valor Total: R\$ 125.650,00 (Cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais).

Colatina, 17 de Maio de 2022
 Maricelis Caetano Engelhardt
 Superintendente/SRS-Colatina

Protocolo 852327

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0411/2022

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2022-D603V

EDITAL: nº 185/2022

LOTE: 01

OBJETO: ÁGUA PARA INJECAO **EMPRESA:** FRESENIUS KABI BRASIL LTDA - CNPJ 49.324.221/0016-90

VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 526.800,00

LOTE: 02

OBJETO: CLORETO DE SODIO 9MG/ML

EMPRESA: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA - CNPJ 49.324.221/0016-90

VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 1.940.778,00

LOTE: 03

OBJETO: CLORETO DE SODIO 9MG/ML

EMPRESA: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA - CNPJ 49.324.221/0016-90

VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 1.781.493,00

LOTE: 05

OBJETO: GLICOSE 50MG/ML (5%)

EMPRESA: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA - CNPJ 49.324.221/0016-90

VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 105.294,20

LOTE: 06

OBJETO: GLICOSE 50MG/ML (5%)

EMPRESA: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA - CNPJ 49.324.221/0016-90

VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 278.100,00

LOTE: 07

OBJETO: GLICOSE 50MG/ML (5%)

EMPRESA: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA - CNPJ 49.324.221/0016-90

VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 501.450,00

VIGÊNCIA: 19/05/2022 a 18/05/2023

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

JOSÉ MARIA JUSTO

Subsecretário de Estado de Atenção à Saúde

Protocolo 852036

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0448/2022

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2021-94QF5

EDITAL: Pregão nº 0157/2022

LOTE: 01

OBJETO: MEDICAMENTOS NUTRIÇÃO.

EMPRESA: GALILEO TECNOLOGIA EM SAUDE LTDA

CNPJ: 28.801.626/0001-16

VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 359.937,61

VIGÊNCIA: 19/05/2022 a 18/05/2023

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

JOSÉ MARIA JUSTO

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE

Protocolo 852251

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0434/2022

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2021-CJPX7

EDITAL: Pregão nº 0096/2022

LOTE: 01

OBJETO: BIOTINA 20MG/ML MANIPULADO;

VALOR DO LOTE: R\$ 4.999,20

LOTE: 02

OBJETO: CITRATO DE MAGNESIO 500MG MANIPULADO;

VALOR DO LOTE: R\$ 22.910,00

LOTE: 03

OBJETO: CITRATO DE SODIO 1MEQ/ML MANIPULADO;

VALOR DO LOTE: R\$ 11.997,50

LOTE: 04

OBJETO: CLORETO DE POTASSIO 10% MANIPULADO;

VALOR DO LOTE: R\$ 25.890,00

LOTE: 05

OBJETO: CLORETO DE POTASSIO 6% MANIPULADO;

VALOR DO LOTE: R\$ 32.176,80

LOTE: 06

OBJETO: CREME OLEO DE ROSA MOSQUETA 15% MANIPULADO;

VALOR DO LOTE: R\$ 11.199,60

LOTE: 07